

Construção de uma proposta de currículo mínimo de políticas públicas e educação política para a sociologia no ensino médio

Construction of a proposed minimum curriculum of public policies and political education for sociology in middle school

Jose Irivaldo Alves Oliveira Silva¹

Cátia Wanderley Lubambo²

George Soares Vilar³

Resumo: A pesquisa objetivou compor diretrizes para um currículo mínimo de temas e conceitos fundamentais da área multidisciplinar do campo de públicas; atualizar potencialidades da Sociologia para promoção do empoderamento cidadão para gestão social e construir programa didático de políticas públicas, considerando: 1- lacuna de conceitos referentes às políticas públicas no currículo do referido Ensino Médio, 2 – falta de orientação para a participação da população no acompanhamento e avaliação das ações públicas. A metodologia compreendeu: 1) Análise dos livros didáticos de sociologia PNLD 2015; 2) Consulta às ementas de cursos com foco no campo de públicas; 3) Entrevista com coordenadores de cursos superiores em Sociologia; 4) *aplicação de um roteiro de entrevista* entre professores de sociologia do Ensino Médio; 5) Consulta aos especialistas no campo de públicas; e 6) Observações de aulas de Sociologia na escola pública. Também, incorporou proposta de unidades didáticas integradas e enfatiza a Educação Política para orientar a interação civil no redesenho da Engenharia Institucional do Estado Democrático de Direito na constituição da esfera social para o aprofundamento da Democracia Substancial.

Palavras-chave: Campo de Públicas; Políticas Públicas; Sociologia e Ensino Médio.

Abstract: The research aimed to compose guidelines for a minimum curriculum of fundamental subjects and concepts of the multidisciplinary area of the field of publics; To update the potential of Sociology to promote citizen empowerment for social management and to build a didactic program of public policies, considering: 1 - A gap of concepts related to public policies in the curriculum of the aforementioned Secondary School, 2 - Lack of orientation for population participation in follow-up and evaluation of public actions. The methodology included: 1) Analysis of sociological textbooks PNLD 2015; 2)

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Docente na Universidade Federal de Campina Grande.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco.

³ Mestrado profissional Ensino de Sociologia pela Fundação Joaquim Nabuco. Bacharel em Ciências Sociais.

Consultation of the menus of courses with a focus on the field of publics; 3) Interview with higher education coordinators in Sociology; 4) *application of an interview script* among high school sociology teachers; 5) Consultation with specialists in the field of publics; And 6) Observations of sociology classes in the public school. It was also incorporated a proposal for integrated didactic units and emphasized Political Education to guide civil interaction in the redesign of the Institutional Engineering of the Democratic State of Law in the constitution of the social sphere for the deepening of Substantial Democracy.

Keywords: Field of Publics; Public policies; Sociology and High School.

Introdução

O artigo condensa os resultados obtidos em dissertação de mestrado focalizando os conceitos fundamentais do campo de públicas para a construção de um programa mínimo de Ensino de Sociologia, referentes à agenda do *Campo de Públicas*, conforme Pires *et al* (2014), a serem incluídos nos currículos para o Ensino Médio.

A proposta está ancorada no entendimento de que a relação das políticas públicas com o ensino das Ciências Sociais contribui para preparar, de forma direta, o alunado e indiretamente, a sociedade, a avaliar e influenciar nos ciclos das políticas públicas, no funcionamento e no redesenho institucional relacionando participação e eficiência pública democrática. Enfatiza-se didaticamente o **Ciclo das Políticas Públicas**: formulação; execução e avaliação social como eixo didático articulador entre temas e conceitos fundamentais como: direitos humanos constitucionais, que possibilitem aos alunos de posse deste promover o reconhecimento da cidadania; da participação; do empoderamento e do controle social mais efetivo.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e descritiva. Descritiva por que partiu da observação para o registro, análise e correlação de fatos ou fenômenos variáveis, buscando conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política e econômica, uma vez que “comumente se incluem nesta modalidade os estudos que visam a identificar as representações e o perfil dos indivíduos e grupos, como também os que visam a identificar as estruturas, formas, funções e conteúdos”. (CERVO, 2007, p. 62). Parte do núcleo básico da pesquisa foi à realização de entrevistas com professores de sociologia discentes do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, bem como a análise das diretrizes curriculares do campo de públicas cruzando com as diretrizes para a sociologia.

O artigo foi apresentado no VIII Semanário de Sociologia & Política em Curitiba, em maio de 2017. Foi subdividido em 1 - Introdução, 2 - Disciplinas do ensino médio: Sociologia e suas Aplicações; 3 - Participação Social como direito público na escola e na sociedade; 4 - Conceitos centrais do campo de públicas e sua inserção curricular; 5 – Análises das entrevistas e proposição do currículo mínimo: temas fundamentais; 6 - Conclusões e 7 – Sugestões e diretrizes para superação de alguns entraves e contradições institucionais atuais.

As disciplinas do ensino médio: sociologia e suas aplicações

A Sociologia investiga as dinâmicas de transformação da sociedade e voltou ao currículo do Ensino Médio com a proposta de representar o ambiente científico das ciências sociais na sua tríplice vertente. Trazem a incumbência de uma leitura política da realidade social mais condizente com os princípios constitucionais de exercício pleno da cidadania. A Lei 9.394/96 destaca a construção da cidadania e a pertinência da Sociologia para o Ensino Médio (PCNS, 1999, p.37). Configura-se como pressuposto sociológico a mudança planejada por outras formas de organização da vida coletiva objetivando maior coesão social. Entretanto, a sociologia no Brasil é marcada pela intermitência nos currículos básicos, reaparecendo nos últimos anos como disciplina obrigatória na grade curricular do ensino médio, a partir da Resolução N° 04 CNE/CEB Conselho Nacional de Educação e Conselho da Educação Básica de 16/08/2006. No presente contexto da educação nacional, essa inserção busca responder questões normativas quanto à função, seleção, metodologia e forma de inserção no currículo da educação básica. Neste sentido, a composição dos livros didáticos de Ciências Sociais para o ensino médio e a base nacional curricular comum são instrumentos específicos a serviço do estado e das organizações sociais. A pertinência do objeto de pesquisa justifica-se diante da redefinição curricular dos conteúdos e consolidação de manuais de sociologia, de livros didáticos e paradidáticos.

Florestan Fernandes (1954), por sua vez, sistematizou os desafios e fundamentos à implementação da Sociologia no currículo da escola secundária, indicando que a transmissão de conhecimentos sociológicos liga-se à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais em novas formas de organização do comportamento humano. Ao promover maior esclarecimento por parte da população

sobre as demandas sociais, Reis (1999) lembra que as Ciências Sociais surgiram como parte do projeto iluminista, com base na crença de que é possível progredir, melhorar as condições de vida de toda a sociedade. Dessa forma, a ideologia em expansão dava sentido à prática da ciência em geral e da social em particular: liberdade, bem estar, convivência pacífica e democrática.

A Base Nacional Curricular Comum (2016) indica função da sociologia no Ensino Médio para o desenvolvimento de valores e atitudes compatíveis com a diversidade de direitos. A Sociologia favorece o ambiente plural de ideias e a compreensão da multiculturalidade e multicasualidade dos fenômenos sociais, além do aprofundamento do lugar e papel do conhecimento científico para organização social: “renovada capacidade de representação da realidade social, cultural, política”, indicados por Mills (1959), como desenvolvimento da imaginação sociológica. Fernandes (2011), afirma que as sociedades em constante mudança “delimitam as funções por assim dizer universais do ensino da sociologia”. No debate sobre a significação do ensino das Ciências Sociais Fernandes (1976), assinala a intervenção racional, apoiado em conhecimentos antropológicos e sociológicos obtidos empiricamente, enfatiza a conscientização das condições instáveis da vida política democrática.

Algumas competências de formação apontadas como contribuição da Teoria Sociológica são indicadas nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999). O quadro 1 elenca as competências e contribuições diretas do ensino de sociologia a partir de eixos e habilidades como *representação e comunicação*; *investigação e compreensão e contextualização sociocultural*.

Quadro 1 - Competências e habilidades a serem desenvolvidas em Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Representação e comunicação	• Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos e as do senso comum. • Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas.
	• Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de

Investigação e compreensão	expectativas”, nas relações interpessoais com os vários grupos sociais. • Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do “marketing” enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor. • Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.
Contextualização sociocultural	• Compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica. • Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

Fonte: (BRASIL, 1999 p. 85).

As competências Sociológicas relacionam-se à manipulação de técnicas racionais para tratamento de urgentes problemas sociais; políticos; econômicos e administrativos. Além do levantamento global das alternativas de intervenção humana na dinâmica social, permite pensar o modelo de exploração e as condições de produção da existência. Fernandes (1976, p. 108) evidencia que o escopo da Sociologia deve ser, antes de tudo, munir os estudantes de instrumentos de análise objetiva da realidade social. Segue análise dos livros didáticos aprovados no Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015, que diagnostica os temas, conceitos e autores.

Quadro 2 - Análise dos Livros Didáticos de Sociologia Aprovados no PNLD 2015.

Livros Didáticos	Capítulo sobre PP	Autores Abordados	Temas	Conceitos Relacionados
Livro 1 – Sociologia para Jovens do Século XXI	Não há	Troeltsch Weber, Bottomore, Huberman, Marx, Lênin, Singer, Wanderley, Reis, Pochmann, Amorim,	Movimentos Sociais	Movimentos Sociais Instituições, Cidadania, Globalização, Trabalho, Direitos, Estado, Democracia e

		Chesnais		Mídia.
Livro 2 – Tempos Modernos, tempos de Sociologia	<i>Como subitem</i>	Nunes Leal, Caldas, Maquiavel, Tocqueville, Michel	Participação Política, Direitos e Democracia.	Democracia, Política, Desigualdades
Livro 3 – Sociologia hoje	Não há	Max Weber, Charles Tilly, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Bobbio, Matteucci, Pasquino, Przeworski e etc.	Política no Brasil. Temas contemporâneos de Ciência Política.	Política, poder e Estado. Globalização.
Livro 4 – Sociologia	<i>Como subitem</i>	Souza, Marshall, Santos, Aristóteles, Montesquieu, Foucault, Bauman, Toqueville, Arendt, Maquiavel, Hobbes, Lock, Gruppi, Rousseau, Poulantzas, Althusser, Weber, Therborn, Habermas.	Cidadania, política e Estado, Políticas públicas: dilemas da cidadania, Condições da Cidadania no Brasil, Poder e política: exercício e participação, Cidadania: entre o público e o privado.	Cidadania, Política, Estado, Poder, Participação, Público, Privado, Sociedade, Governo, Capitalismo.
Livro 5 – Sociologia em Movimento	Não há	Bobbio, Hobbes Adam Smith, Lênin, Keynes, Oliveira Vianna, Holanda, Leal, Montequiel, Rousseau, Tocqueville, Mill, Luxemburgo, Dahl, Schumpeter, Carvalho, Santos e Marshal.	Privatização do Espaço Público. Movimentos Sociais. Estratificação e Desigualdade.	Poder, Política, Estado, Democracia, Cidadania, Direitos humanos.
Livro 6 – Sociologia para o Ensino Médio.	Não há	Elias, Weber, Marx, Lock, Marshall, Lefort, Ianni, Bauman, Durkheim.	A Estrutura e estratificação Social. Direitos Cidadania e movimentos sociais.	Poder, Política e Estado.

Fonte: Elaboração do Autor.

Entre as constatações que a análise comparativa dos conteúdos evidencia entre os livros de Sociologia PNLD 2015, a forma dispersa dos conteúdos das Políticas Públicas no decorrer dos livros. Dos seis livros apenas dois apresentam superficialmente os temas, no entanto sem análises; exemplos; gráficos; resultados; desempenhos; público alvo; metas; objetivos; avaliação e principais problemas. A ausência favorece a permanência de uma compreensão superficial em relação à prática cidadã e a trama conceitual do campo de investigação pública. O Campo de Públicas e as políticas públicas figuram como aglutinadores de um conjunto diverso de conceitos de áreas que se debruçam sobre a edificação institucional e as formas de organização humana. Os autores que se dedicam ao tema do campo de públicas na atualidade são: Fernando Coelho; Ana Capella; Humberto Dantas; José Irivaldo e Cátia Lubambo.

Participação social como direito público na escola e na sociedade

O conceito de Cidadania remete ao contexto das revoluções burguesas dos séculos 17 e 18. A revolução Francesa é o marco histórico na origem do cidadão moderno; a partir dela se desenvolve o Estado-nação com a prevalência do princípio da soberania popular e o fim dos privilégios estatutários, pondo cada homem em relação direta com a autoridade soberana do país. Desde então se construiu espaço para existência de um código uniforme de direitos e deveres de que todos os homens são investidos em virtude de sua participação na comunidade, que pressupõe uma interação com as instituições e acesso aos direitos a cidade, sugerindo a participação eficiente na organização social. Neste sentido as instituições em perspectiva são formas de matizar e equilibrar os impactos coletivos no meio ambiente e no interior da organização societária.

Para Teles (1999), contudo, no Brasil a cidadania é definida como privilégio de classe, não acessível à população desempregada, configura-se uma imagem de que: “Para estes é reservada a assistência social, cujo objetivo não é melhorar a condição de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria”. Nesse cenário o empoderamento de comunidades excluídas por meio dos mecanismos de participação, como prevê a constituição, demonstra a preocupação em lançar freios para o controle social mais efetivo das ações públicas. No livro Cidadania no Brasil: um longo

caminho, Carvalho (2006) frisa o costume em desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais ressaltando a necessidade de aprofundar suas inter-relações.

A reflexão de Soares (2013) enfatiza a escola que prepara o jovem para o ‘futuro da sociedade’, que desde o presente momento dialoga com os jovens e suas comunidades, debatendo questões atuais de sua realidade político social ao passo que constroem projetos de intervenção nas comunidades. Debate a linha do tempo da constituição institucional, incentiva projetos e atividades voluntárias e de pesquisa. Parece útil o ensino de técnicas simplificadas de pesquisa; de avaliação e análises de conjuntura, motivando a compreender o movimento contínuo da realidade global e especialmente da realidade brasileira por meio da aplicação de princípios introdutórios da análise de conjuntura política para aperfeiçoamento dos papéis de conduta cidadã.

Em relação à análise de conjuntura, Herbert Souza (1984) afirma que a todo o momento e em relação às mais variadas situações fazemos “análises” de conjuntura sabendo ou não, querendo ou não: quando decidimos sair de casa; sair do emprego, entrar num partido, participar de uma luta política, casar, colocar um filho no colégio, evitar ou buscar uma briga, descansar ou ficar atento, em todas essas situações, tomamos decisões baseadas em uma avaliação da situação vista sobre a ótica de nossos interesses e necessidades. Para essas decisões buscamos informações, avaliamos possibilidades, fazemos hipóteses de desenvolvimento, relações possíveis, medimos forças e perigos antes de tomarmos decisões, selecionando o que é relevante e a dinâmica do contexto e suas constantes reconfigurações, bem como o que traz consequências. Na proposta de Herbert Souza (1984) para análise de conjuntura estão as categorias básicas a ser trabalhadas: os acontecimentos, cenários, atores, interesses, relação de forças; articulação (relação) entre “estrutura” e “conjuntura”, contexto econômicos e instituições.

A dinâmica constante de transformação da estrutura de organização da sociedade requer uma escola promotora da permanente aprendizagem conectada à dinâmica da realidade. A escola é ambiente funcional de atualização dos saberes sobre as contradições e desafios da organização societária responsável pela projeção da sociabilidade democrática. Uma forma de participação em ascensão tanto na escola quanto nas demais instituições públicas a fomentar uma aprendizagem para o controle social tem sido a instituição dos conselhos, “não se deve perder de vista que, por

intermédio dos conselhos, a sociedade civil exercita o direito de participar da gestão de diferentes políticas públicas, tendo a possibilidade de exercer maior controle sobre o Estado” (GOHN, 2006. Pg. 34). Para CARDOSO *et al* 2015, a CF/88 inseriu no aparelho do Estado uma obrigação de que as instituições e ações públicas devem estar permeadas pela participação popular, abrindo a oportunidade de agregarem novas formas de participação cidadã, para além da democracia representativa, e, assim, fomentar um novo modelo de desenvolvimento.

O decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014 institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) que sugerem um conjunto de mecanismos institucionais para avaliação e participação com vista ao aprofundamento da democratização social. Nesse contexto a participação social é uma tendência de redesenho das instituições visando promover maior controle social e empoderamento cidadão da comunidade na definição da agenda de prioridades dentro do orçamento público. Estes mecanismos configuram forma institucional de descentralização orçamentária que dividem o poder de decisão político e as responsabilizações.

Para promoção de uma nova cultura política Aggio (2008) vê a necessidade de novos atores e novos consensos para um novo “projeto ideal de civilização”, juntando o mundo da política com as demandas sociais e econômicas. Dotar a população de autonomia decisória na participação ativa apresenta-se ao mesmo tempo como tendência e utopia no cenário político determinado pela acirrada correlação de forças de grupos de interesses. O desafio no momento é aperfeiçoar o regime democrático e expandir as igualdades econômicas.

Conceitos centrais do campo de públicas e sua inserção curricular

Dada às características intrinsecamente interdisciplinares do campo de públicas as políticas públicas não encontram obstáculos a sua integração aos currículos nas Ciências Sociais. As diretrizes curriculares do ensino de graduação em administração pública aprovadas no ano de 2014 distinguem a formação pública do campo empresarial e definem os princípios fundamentais a ser atingidos na diversidade de cursos que compreendem o “campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública,

à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas” (BRASIL, 2014). Entre os princípios de formação: o *ethos* republicano e democrático; a interdisciplinaridade; a transdisciplinaridade e a formação humanística e crítica, objetivando desenvolver habilidades e competências em reconhecer, definir e analisar problemas de interesse públicos relacionados aos programas públicos.

Como descrito por Pires *et al* (2014), a homologação das DCNs do Campo de Públicas e a proliferação dos cursos de graduação nesta área são evidências de um movimento *bottow-up* e incremental de delineamento de uma nova área de conhecimento multidisciplinar no país, marcada mais pelo adjetivo Público “e pelos valores formativos atinentes à esfera pública, tais como o *ethos* republicano e a cultura democrática” e menos pelo substantivo (administração, gestão, política etc).

O projeto pedagógico do curso superior tecnológico em gestão pública⁴ parte da premência de formação de mão de obra profissional especializada na Gestão Pública com competência técnico-científica. O curso busca desenvolver programas, planos e projetos públicos, além de promover análises e avaliações sobre a área pública, analisa processos econômicos; institucionais; sociais; políticos e administrativos por meio de métodos científicos de investigação e penetração na realidade social. O perfil do curso enseja a formação profissional do pesquisador apto a atuar como crítico político; administrador público; gestor social; analistas e formuladores de políticas públicas.

A literatura mais recente relacionada ao processo de formulação de políticas públicas enfatiza o processo de seleção e formação das prioridades na agenda das decisões públicas. Algumas teorias buscam compreender como algumas questões passam a figurar na agenda de prioridades governamentais. Teorias “pós-positivistas” lançam luzes sobre o papel da dinâmica das ideias no centro das disputas políticas viabilizando o consenso entorno da definição de um problema e a solução.

Dado o grande volume de decisões e a incapacidade de lidar com todas as questões ao mesmo tempo, a atenção dos formuladores de políticas depende da forma como eles as

⁴ O curso somam as disciplinas de Sociologia Urbana; Marketing na Gestão Pública; Sociologia Ambiental; Direito Regulatório; Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano; Contabilidade Ambiental; Economia Rural; Filosofia Política; Direito Ambiental; Língua Brasileira de Sinais; Estado e Políticas Públicas; Economia Política e tópicos especiais de Gestão Pública. O currículo é alinhado com as demandas locais e globais do mundo público e atualizado nas exigências multidisciplinares de produção científica de conhecimento e aprofundamento da reflexividade social.

percebem e as interpretam e, mais importante, da forma como são definidas como problemas (CAPELLA, 2006, p. 26).

A escola é a segunda instituição, após a família, e constitui-se como instituição de construção de identidades, de significados e compreensão ética da relação do indivíduo com as questões de organização da vida individual e coletiva. Tem a função de apresentar o mundo e a diversidade aos recém-chegados. Entre tantas questões, se constituiu como espaço de formação e ampliação das capacidades interativas, linguísticas, artísticas, cognitivas, conceituais e vocacionais. O núcleo do debate sobre escola e currículo no Brasil passa por propostas de ensino que tenham como base a diversidade étnica multicultural característica da formação brasileira. Para Silva (1995), a educação está intimamente ligada à política da cultura. Ela é sempre parte de uma tradição seletiva da visão de algum grupo do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

O currículo é pontuado como arena de tensões entre poderes e interesses políticos, de formação de significado e compreensão de si e do mundo. O que se nos apresenta para além da imbricação nas relações de poder, como uma instância que expressa à necessidade de consensos em relação ao projeto de organização coletiva. O currículo evidencia a busca pelo consenso nos conhecimentos fundamentais a serem transmitidos às novas gerações.

Importa no currículo a construção cultural das identidades sociais e os pressupostos históricos da construção institucional da sociedade, forma, funcionamento, fragilidades, virtudes e méritos na direção de promoção de igualdade e da justiça social. Uma vez que as instituições são grandes formas de organizar a identidade coletiva, faz-se imprescindível um conhecimento avaliativo do processo histórico, retroalimentando formações e capacitações nas compreensões dos entraves a ser superados nas dimensões institucionais. Para Bourdieu (2008) a escola figura como elemento de conservação da ordem dominante que por meio do conhecimento erudito, reproduz a estrutura social.

A reprodução do sistema de ensino como instituição relativamente autônoma permite, por sua vez, a reprodução da cultura dominante, e essa reprodução cultural reforça, como poder simbólico, a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade [...] O sistema de ensino, sobretudo o tradicional, cria a ilusão de que a sua acção de inculcação é inteiramente responsável pelo habitus e de que este não depende

da classe de origem. A escola dissimula a reprodução do *habitus* de classe, a sua função é a de conservação social e nada favorece mais os interesses das classes dominantes do que este “laissez faire” pedagógico. [...] A aparência de neutralidade, de que a escola se reveste, é um conceito demagógico que visa ocultar as suas verdadeiras funções de legitimação da ordem estabelecida (BOURDIEU; PASSERON, 2009, p. 24).

O currículo e a escola são elementos estruturais ou para conservação ou mudança das relações de poder no interior da sociedade. Para Kuenzero (2010), o debate sobre currículo envolve diferentes fatores, variáveis e indicadores educacionais, contemplando desde vocações individuais e necessidades locais e regionais, peculiaridades da organização social do trabalho, estrutura física e material, disponibilidade de bibliotecas, laboratórios, nível de instrução e perfil socioeconômico das famílias. Dado que os problemas continuam, constata que a década foi perdida para o ensino médio.

O debate curricular ultrapassa as técnicas, procedimentos e métodos até questões de organização macroestruturais da vida em sociedade. Inclina-se na tradição crítica a questões sociológicas, políticas, epistemológicas e culturais, estando na moldura mais ampla dos determinantes sociais, da história e da produção contextual, dessa forma “o currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (SILVA, 1995, p. 83). O currículo desempenha a função de integrar a identidade nacional. O currículo no Brasil, marcado pela generalizada desigualdade cumulativa e multidimensional, implica na necessidade de projeto de ensino engajado com a realidade socioeconômica dos diferentes estratos sociais. Neste sentido um currículo voltado para a educação política e para a pesquisa precisa apresentar reflexão engajada nas demandas de transformação da realidade dos grupos desfavorecidos no processo histórico.

A inserção de algumas teorias, temas e conceitos torna-se pertinente a partir dessa leitura crítica do presente, como decorrência do processo histórico singular e do contexto de formação do Brasil para uma reorientação paradigmática. Temas como *gerencialismo*; *federalismo* e *descentralização* etc, constitui a tradição de debates indispensáveis para um salto no currículo promotor da participação e organização civil. Os conceitos indicados por Rua (1999) situam as demandas reprimidas, demandas

recorrentes, novas demandas, atores políticos públicos, privados, burocratas, trabalhadores, agências internacionais, mídia e cidadãos, arenas políticas, problemas políticos, ação coletiva, autoridades governamentais, mobilização, paralisia decisória, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Podem instrumentalizar a compreensão no Ensino Médio dos papéis institucionais e relações de poder no debate e análise a partir de uma carga mínima de constructos analíticos introdutórios à compreensão do mundo público. É possível supor os efeitos colaterais da ausência desta formação que tem por consequência abertura para formação de um *ethos* que ainda não participa da gestão da coisa pública, apesar de ser administrado pela burocracia estatal.

É função do Ensino Médio além de preparar para socialização na vida pública, apresentar uma qualificação indicativa para atuação profissional, artística, social e econômica. Numa época caracterizada pela assimetria no desenvolvimento material e humano, a sociologia pode contribuir no desenvolvimento de habilidades relacionando a pesquisa, a leitura, a escrita e produção de conhecimento para compreensão mais ampla dos processos sociais. A modernização da educação pública passa pela democratização do conhecimento científico, das ferramentas, instrumentos e concepções, meio para superar a estagnação do Ensino Médio em métodos meramente de reprodução e de memorização, contrastando com o potencial do capital humano.

Análises das entrevistas e proposição de currículo mínimo de temas fundamentais

Entre os resultados mais tangíveis das entrevistas com os professores de Sociologia do Ensino Médio, o diagnóstico lacunar no currículo e a indicação da generalizada desinformação da sociedade em relação à função dos poderes e ausência de orientação para interação com as instituições do Estado. Um professor enfatizou o fato de que tais conhecimentos já deveriam existir entre os conteúdos, podendo mesmo a ausência ser questionada. Outro ponto recorrente no diagnóstico diz respeito a não existência de uma abordagem mínima no livro, presente apenas de forma superficial, considerando sua dimensão central dentro da proposta do Ensino Médio de formação para participação cidadã na dinâmica social e institucional.

Os professores indicam novos percursos didáticos e metodológicos que ultrapassam os limites da sala de aula e exposições teóricas, para uma orientação educacional por meio da atuação prática na realidade cotidiana dos estudantes. No geral

os entrevistados percebem como primeiro impacto a aproximação do cidadão do Estado e seu empoderamento em relação à compreensão do funcionamento, limites legais e financeiros.

A consulta aos especialistas em políticas públicas, educação política e ciência política possibilitaram a produção de um conjunto conciso de conceitos, temas e metodologias de ensino, entre os quais: pensar a estrutura organizativa, o funcionamento da burocracia, a dinâmica política, seus limites, constrangimentos, conflitos de interesses, governança e governabilidade, a lógica tributária, conceitos clássicos de Estado, governo, democracia e direitos humanos, modelos de democracia e gramáticas políticas de construção do poder, funcionamento formal e informal das instituições e os atores políticos, elementos constitucionais, limites econômicos do estado, formação do estado brasileiro e relação dos três poderes. Entre as metodologias propostas: aula expositiva dialogada, documentários sobre políticas nacionais e internacionais, visitas didáticas programadas nas câmaras legislativas e assembleias legislativas. As consultas aos especialistas aprofundam questões de conteúdos mínimos na área e evidenciam a pertinência histórica, contextual e estrutural da inserção gradativa de temas do universo público e da educação financeira⁵. Os especialistas permitiram aprofundar uma proposta sofisticada para as demandas de modernização das concepções, funções e significados das ações públicas na era de globalização da cidadania.

Os professores da educação básica defendem a inserção dessas temáticas no currículo dos cursos superiores para superar o desafio de formação de quadros. O domínio parcial destes sobre as temáticas relacionadas decorre do curso ao qual tem origem, licenciatura em ciências sociais, possibilitando uma aproximação conceitual não aprofundada, mas introdutória ao campo de investigação pública e social.

Da observação das aulas de sociologia no Ensino Médio concluiu-se que os jovens apresentam demanda por voz, pelo fim da invisibilidade perante professores e a direção. Demandas por um currículo dentro do real, engajado com os desafios de cada estudante nesta conjuntura histórica e sistema social específico. Demandas curriculares

⁵ Em relação à educação financeira destaque a sugestão de ensinar aos jovens a elaborar a declaração do imposto de renda etc.

de orientação em sua relação com o corpo e a mente⁶, da relação com a terra e a produção da existência; demandas econômicas de empreendedorismo e de realização de vocações artísticas. Demandas no geral por espaços de realização de uma diversidade de vocações, diferentes anseios e dificuldades de origens socioeconômicas. A pluralidade de vocações exige da escola a promoção de caminhos para descoberta e autorealização, adotando padrão variado em condições estruturais não limitantes. A padronização e engessamento do currículo engendra um funcionamento perverso na contramão dos direitos e inconstitucionalidade da não observância das potenciais individualidades.

Percebemos algumas convergências das propostas dos especialistas em Políticas Públicas e Educação Política com as propostas dos professores. Entre os especialistas pontuam-se temas gerais e noções iniciais que abrangem: noções de direitos constitucionais, controle dos gastos públicos, direitos humanos, econômicos e socioambientais, monitoramento de programas e noções de avaliação das políticas públicas. Destaque à compreensão compartilhada de que temas e noções iniciais são mais adequados ao nível de ensino. Uma questão: entretanto, permanece não resolvida em relação à delimitação do campo de públicas de modo particular na Sociologia e ou de forma transversal entre as diversas ciências humanas. As temáticas de Políticas Públicas inseridas com a Sociologia irão atuar na integração de áreas com tradição reflexiva que envolve áreas delimitadas entre Língua Portuguesa, Geografia, História, Filosofia e Matemática. Numa diversidade ampla de articulações e atividades que dialogam com a cidadania e as competências participativas da nova sociabilidade democrática. Essa articulação possibilita o desenvolvimento de uma profunda **razão sincrética**, tornando as políticas públicas, em cada contexto, como a organicidade e materialidade de nossa história coletiva. Indicamos, de forma resumida, alguns temas numa proposta para os diferentes anos do Ensino Médio, incluindo alguns tópicos relacionados a atividades e desenvolvimento de competências e habilidades, considerando cada momento específico de formação.

Quadro 3 - Unidade Didática Integrada da Área de Conhecimento (Sociologia) para o Ensino Médio.

⁶ Destaque ao incentivo de práticas meditativas em escolas públicas e a mudança de resultados no coeficiente de aprendizagem; interação social e autoconhecimento.

	Sugestões de Tópicos	Conteúdos	Objetivos	Atividades
1º ano do Ensino Médio	Eleições Estatuto da Criança e Adolescente. Ética e Empoderamento Social	Direito Constitucional Democracia Direta e Democracia Representativa Diferentes Sistemas Eleitorais e Regimes Políticos	Confiança nas próprias capacidades. Aproximação com ferramentas de pesquisa. Organização e Apresentação argumentativa. Domínio razoável da Linguagem escrita e oral.	Pesquisa de Dados Uso de gráficos e tabelas Sistematização Mapas Conceituais Seleção de Fontes Domínio da Literatura Entrevistas (com cidadãos, profissionais locais)
2º ano do Ensino Médio	Noções Preliminares de Direitos Constitucionais Internacionais Desigualdade Social	Sustentabilidade Socioambiental Educação Financeira Participação Social e Democratização Social	Corresponsabilidade	Continuidade das pesquisas Produção de Conhecimentos Aproximação das Fontes de Primeira Mão
3º ano do Ensino médio	Poder Noções Políticas; Jurídicas e Econômicas de Políticas Públicas. Gerencialismo, Federalismo e Descentralização	Engenharia Institucional no Brasil Políticas Públicas Gestão Social e Desenho Institucional para Participação Cidadã	Reinvindicação e Sedimentação de Direitos coletivos	Utilidade dos conhecimentos fora da escola. Simplificação e publicação de resultados

Fonte: Elaboração do autor.

Considerações finais

A pesquisa relaciona as lacunas de formação de professores nos moldes dos currículos vigentes, as novas demandas curriculares contextualizadas às necessidades de

reorientação paradigmática. A Sociologia como ciência de investigação da dinâmica social, política, econômica e conceptual figura como meio de articulação de saberes e métodos das diferentes tradições disciplinares, coligindo áreas distintas de conhecimento.

Os temas sugeridos para inclusão no currículo de formação superior das licenciaturas vão desde: mecanismos legais de interação institucional⁷, fiscalização, acompanhamento e avaliação social dos gastos públicos, gerencialismo, economia solidária, direitos humanos, econômicos e socioambientais, controle dos gastos públicos, participação das mulheres na política, processo de formulação de políticas públicas, federalismo e descentralização, monitoramento de programas e noções de avaliação das políticas públicas. Já os temas sugeridos ao currículo de formação do *ethos* na educação básica a serem distribuídas gradualmente são: educação financeira, economia solidária, participação feminina na política, valores democráticos, desenho institucional, empoderamento, democratização social, política e econômica, governo políticas públicas e elites políticas. Os temas selecionados por especialistas e professores enfatizam a necessidade de maior capacitação de recursos humanos para uma educação nos dilemas e desafios da institucionalidade para organização social em outros parâmetros.

A não consolidação constitucional da esfera social no arranjo institucional fundamenta a orientação do ensino para a sociabilidade em princípios de projeção democrática evitando cataclisma. O modelo educacional estéril não considera a pluralidade das linguagens artísticas como meio de capacitação vocacional e profissional⁸. Os jovens concluem o ciclo básico sem desenvolver competência profissional para o empreendedorismo ou habilidade artística encaminhada. Ignorar a arte como profissão é resumir o portfólio educacional às demandas do mercado, olvidando repertório amplo de possibilidades de autonomia e emancipação. A música, a pintura, as danças, as artes cênicas, as artes plásticas, a produção artesã, a escultura, a poesia, a literatura, a fotografia e artes digitais, tecnologia e desenvolvimento de

⁷ Mecanismo jurídicos e legais de participação e ação coletiva incluem: Iniciativa popular de projeto de lei; Ação cívica pública; Mandato de segurança coletiva; mandato de injunção; Acesso à informação e à Cidadania e o Código de defesa do consumidor.

⁸ Como os exemplos bem sucedidos das escolas parques propostos para todo o Brasil por Anísio Teixeira em 1970. Além das disciplinas ofertam as diferentes linguagens artísticas em espaços planejados para enfrentar os desafios de diferentes origens socioeconômicas.

softwares são complementares ao conceito de empreendedorismo e emancipação juvenil.

Os livros didáticos de sociologia aprovados no PNLD 2015 representam avanço no subsídio material para o professor: contudo, apresentam uma rede reduzida de conexões conceituais e de problematizações do campo. Fato explicado em parte pela transitoriedade e constituição recente do campo.

O tratamento superficial nos livros, como indicam as entrevistas e análises, referendam o núcleo mínimo das políticas públicas como forma de promover nova concepção para a participação cidadã e a reflexividade social. As evidências coligidas e sistematizadas indicam pertinência em instituir conjunto de conceitos à educação política, indicando o espaço curricular no Ensino Médio para problematizar a gestão pública tanto na disciplinar da Sociologia de modo específico quanto de forma multidisciplinar. Cabe salientar que as políticas públicas se relacionam com o cotidiano do acesso ao direito a cidade dos diferentes grupos sociais.

Para Finalizar o presente trabalho indica-se algumas sugestões para promoção da educação política no campo de públicas por meio de orientação/capacitação pertinente ao enfrentamento das demandas de compreensão da lógica pública como. Devido a centralidade da temática para a proposta de formação cidadã do ensino médio e a compreensão incipiente dos professores; a) Promover capacitação dos professores do Ensino Médio; b) Incluir na reforma curricular do Ensino Médio os temas sugeridos nesta dissertação; c) Incluir temáticas do campo de públicas no currículo da educação básica desde o ensino fundamental; d) Atualizar currículo das Licenciaturas em Ciências Sociais nas questões de domínio estatístico social, econômico e concretização das políticas públicas.

Devido o distanciamento e baixos níveis de conhecimento dos jovens e da sociedade sobre as diversas políticas públicas, usar as linguagens artísticas como forma pedagógica para disseminar de concepções do campo público; e) Fazer maiores investimentos na educação político-cultural; f) Incluir no currículo do ciclo básico as diversas linguagens artísticas como capacitação de vocações profissionais. Com intuito de capacitar a gestão, gestores e população; g) Interiorizar as Escolas de Governo em regiões estratégicas para desenvolvimento da gestão pública técnica e eficiente.

Para aproximar a juventude dos problemas e soluções da administração pública e dos instrumentos de pesquisa; h) Promoção de parcerias entre instituições básicas e superiores de ensino por meio da pesquisa na administração pública; i) Ofertar minicursos técnicos sobre Políticas Públicas nas instâncias subnacionais do poder público. Devido à ausência de compreensão dos papéis políticos e funções institucionais, além dos mecanismos legais e documentos oficiais; j) Capacitar lideranças com funções fiscalizatórias; k) Promover o redesenho na matriz das instituições públicas visando à participação eficiente e legítima da esfera social; l) Aprofundar o estudo ora finalizado.

O conjunto das ações propostas visa aprofundar a compreensão social, integrar a participação esclarecida nas instituições, concretizar competências cidadã, fomentar e aprofundar a democracia social.

Referências

AGGIO, Alberto 2008. **Uma nova cultura política**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM, Segunda versão revista. Ministério da Educação, Abril de 2016. Acesso dia 24/07/2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS)** Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999. V.1.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE, 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Acesso: 19/10/2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Livros Didáticos: PNLD 2015. **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.243**, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Acessado em 26/06/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude: A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino, (Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva), Ed. Vega, Lisboa, s.d. 2009. Acesso em: 19/10/2016. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/rosendo_ana_paula_a_reproducao_elementos_teorias_do_sistema_ensino.pdf

CARDOSO, Andre Luis Rabelo. NUNES, Andre. A Participação Popular e os Paradigmas da Administração Pública. **Revista NAU Social**, v.6, n. 10, p. 35-43 Maio/Outubro 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CÔRTEZ, Soraya M. Vargas. **Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura**. In: LUBAMBO, Cátia; COÊLO, Denilson Bandeira; MELO, Marcos André (orgs). Desenho Institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FERNANDES, Florestan. **“O ensino de Sociologia na Escola Secundária brasileira”**. In: *I Congresso Brasileiro De Sociologia. Anais...* São Paulo. Acesso em: 26 Out. 2015. Disponível em: http://www.sbSociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1693&Itemid=170

FERNANDES, Florestan. A SOCIOLOGIA: Objeto e Principais Problemas. In: _____. **Sociologia crítica e militante**. Organização de Octavio Ianni. São Paulo: Expressão popular, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação de Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

KUENZERO, Acacia Zeneide. Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Biblioteca de Ciências Sociais. Publicado em 1959 pela Oxford University Press, Inc, Nova York, Zahar Editoras.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar da Rocha. 3. ed. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

REIS, Elisa P. As Ciências Sociais e O Bug do Milênio. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 14, n. 39 fevereiro/1999.

RUA, Maria das Graças. **Análises de Políticas Públicas: conceitos básicos** in Maria das Graças Rua e Maria Isabel Valladão de Carvalho (orgs). O Estudo da Política: estudos selecionados, 1999.

SOARES, George. **Políticas públicas em educação**: Um estudo de caso com política comparada na Escola Estadual José Gonçalves de Queiroz no Município de Sumé. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Universidade Federal de Campina Grande. Sumé – PB, 2013.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz Análise de Conjuntura**. 14. ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1984.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na Sala de aula**. – Petrópolis, RJ: Vozes 1995. – (Coleção estudos culturais em educação).

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.